

ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Benefícios e custos da musealização arqueológica *in situ*

Luís Raposo¹

Detentores, como nos sentimos, de saberes científicos que nos conferem autoridade e nos individualizam socialmente, nós, os arqueólogos, temos frequentemente a tendência de pensarmos que somos donos das melhores, senão das únicas soluções para o justo entendimento e subsequente valorização social dos bens arqueológicos. Dito de outra forma, somos conscientemente corporativos e, o que é bem pior, somos também tecnocratas, sem que disso nos apercebamos plenamente no nosso dia-a-dia.

Ora, a verdade é que sempre (ou quase) que um técnico diz a um político existir somente uma solução para uma qualquer questão social, ele mente. Na maior parte dos casos, apenas procurará (consciente ou inconscientemente) que a sua proposta se constitua em opção respeitada, acolhida e validada através do sufrágio político. E consegui-lo-á tanto mais quanto melhor saiba "ler os sinais do tempo", extraindo deles as expectativas dominantes em cada momento histórico, no seio de cada sociedade concreta.

Vêm estas considerações a propósito daquilo que podemos designar por programas políticos e por opções técnicas na valorização dos bens arqueológicos. Dando continuidade a reflexões anteriormente feitas neste domínio (*vide* a bibliografia final), escolhemos desenvolver nesta ocasião algumas considerações adicionais sobre um dos mais delicados problemas com que a arqueologia e os arqueólogos se confrontam: o destino a dar aos sítios e colecções arqueológicas, depois de terminados os trabalhos de campo.

Numa óptica estritamente tecnocrática, imersos naquilo que são os "sinais do tempo" acima invocados, incapazes ou indisponíveis para os discutir no plano político, os arqueólogos menos dados ao exercício da sua cidadania, alinhariam seguramente as seguintes opções técnicas, por ordem de preferência:

a) Conservação e musealização *in situ* de estruturas e mobiliário, com a criação das necessárias condições de salvaguarda, conservação e fruição de ambos;

b) No mínimo e em face da falta parcial de tais condições, a musealização das ruínas e a remoção dos bens móveis para depósito arqueológico ou museu situado o mais perto possível do local;

c) Finalmente, em face da falta total de condições, enterramento puro e simples das ruínas, com procedimento idêntico ao da alínea anterior quanto à transferência dos bens móveis.

Trata-se de uma postura de êxito tão garantido, pessoal e corporativamente tão compensadora, que depressa será dada como verdade técnica adquirida. Possui tais e tão evidentes vantagens no plano do reforço da cumplicidade do presente com o passado (quando possível) e do corte radical com o mesmo (quando necessário), que quaisquer alternativas, ou até meras variantes, serão liminarmente recusadas, consideradas desfasadas da realidade, ultrapassadas, logo inaceitáveis. O aplauso será tanto que depressa esta postura se verá convertida em "verdade técnica", rapidamente adoptada como pensamento "politicamente correcto". Inverte-se assim, subtilmente, a boa lógica das coisas: primeiro os programas políticos, sempre plurais; depois as opções técnicas que os possam servir, também elas sempre diversificadas.

A hora está, pois, na defesa da musealização *in situ* dos bens arqueológicos. Dir-se-ia que, num mundo ideal, sem quaisquer constrangimentos de ordem financeira e posto que a técnica permite já hoje resolver qualquer dificuldade, todos os vestígios arqueológicos deveriam ser conservados nos exactos locais de origem. Grande parte da teorização patrimonialista contemporânea vai neste sentido e diversos textos internacionais acompanham-na. O programa "Museu sem Fronteiras", por exemplo, ao instituir como logótipo a representação da proibição de remoção de uma coluna (supõe-se que para um museu), exigindo antes a deslocação do visitante ao local, exprime emblematicamente este tipo de pensamento.

Um tal unanimismo é, todavia, mais aparente do que real. Uma vez tomada a decisão da musealização *in situ* de uma qualquer ruína arqueológica abre-se um amplo campo de discussão quanto ao seu conteúdo concreto. Desde logo, importaria perguntar quais as suas finalidades sociais e qual o entendimento dado ao conceito de transposição dos objectos móveis para "o mais perto possível do local". Estarão os seus defensores preparados para a situação-limite que já ocorre esporadicamente

entre nós e é mais frequente no estrangeiro de por tal ser admitida (senão incentivada) a posse privada dos sítios musealizados e/ou a guarda dos bens móveis na casa do proprietário das ruínas, especialmente se ele se dispuser inteligentemente a fazer o papel de mecenas e oferecer espaço para a exposição de peças, cujo acesso se disporá a facultar algumas vezes ao ano? E, não sendo a casa do proprietário, será a aldeia ou a freguesia imediatas, como já sucede, tornando-se cada vez mais claro que a tradicional fixação no plano municipal tenderá a ficar enfraquecida? Depois, colocam-se diversos problemas de índole mais técnica, tais como a natureza das medidas conservacionistas a adoptar, a amplitude e objectivo final das operações de restauro a empreender, as medidas de monitorização a desenvolver, as modalidades e graus de reincorporação de bens mobiliários a promover, etc.

É óbvio que existirão diferentes posturas em relação a toda esta problemática. Os mais exigentes do ponto de vista científico serão conduzidos a afirmarem que a musealização *in situ* de sítios arqueológicos será tanto melhor quanto menos se promovam acções de restauro e mais se invista na criação em cada local de equipas e estruturas permanentes, nas quais o estudo arqueológico de base (a investigação dita fundamental) e a conservação preventiva se conjuguem interdisciplinarmente. Nesta óptica, o paradigma a seguir poderia ser o da Gruta / Museu / Centro de Investigação de Altamira. O bem arqueológico original não foi ali alvo de acções de restauro significativas, sendo apenas monitorizado e intervencionado do ponto de vista da conservação preventiva; não é sequer aberto ao público; e nas suas imediações foi construída uma réplica parcial em tamanho natural, essa sim acessível no âmbito do percurso de visita a um museu de sítio moderno e atractivo, no qual se reserva generoso espaço para um centro de investigações dotado de algum pessoal, bons equipamentos (inclusive uma biblioteca de referência) e capacidade editorial própria.

Em Portugal, a melhor aproximação a este modelo poderia ser o das Ruínas / Museu Monográfico de Conímbriga. E é-o, de facto, embora com limitações significativas, que têm aliás vindo a crescer com o tempo:

por um lado, as ruínas foram primeiro objecto de importantes, senão violentas, acções de restauro em meados do século passado, a tal ponto que mesmo elementos originalmente solidários com as estruturas construídas foram delas desconectados, para depois serem relocalizados sobre suportes de cimento armado (caso dos pavimentos em mosaico), e têm subsequentemente continuado a ser protegidos das intempéries e dos visitantes através do recurso a meios porventura inevitáveis, mas muito discutíveis pelo ruído (histórico e paisagístico) que introduzem no local; por outro lado, o museu anexo vive com as dificuldades conhecidas e comuns a todos os museus e centros de investigação arqueológica portugueses, com reflexos tanto na sua capacidade operacional imediata, como na investigação fundamental da antiga cidade romana e na acção central que poderia ter (e já teve) nas áreas da formação de pessoal e definição de padrões de qualidade em matéria de conservação *in situ* de ruínas arqueológicas.

No extremo oposto ao indicado através dos exemplos anteriores, estarão todas as experiências, muito maioritárias, de musealização de sítios arqueológicos, no sentido da sua encenação mediática e entrega ao público consumista. Ainda aqui haverá opções bastante diversas, umas satisfatoriamente defensáveis do ponto de vista patrimonial, outras nem tanto, porque guiadas exclusivamente pelos critérios da rentabilização do mercado turístico.

Entre as primeiras encontram-se os casos, aliás raros, de sacrifício científico consciente e assumido de um local, no pressuposto que outros equivalentes se mantêm disponíveis para investigações futuras. Uma tal opção, certamente arriscada e sempre discutível, pode ser ditada por diversas razões aparentes. Mas convergirão todas para uma só motivação de fundo, que os arqueólogos mais conscientes não deixarão de assumir civicamente: todo o bem arqueológico é propriedade colectiva, subordinado a interesses legítimos diversos e porventura opostos, sendo necessário negociá-los até atingir plataformas de contratualização social em que, perdendo todos um pouco, todos ganhemos também. Ao sacrificar um local arqueológico ao turismo, aceitando encená-lo da melhor forma, isto é, com o maior

rigor adentro das mitologias científicas de cada tempo, está-se a respeitar (outros dirão, aplacar) os interesses legítimos do mercado, salvaguardando diversos outros locais equivalentes, situados nas imediações. Este é o modelo seguido em Alcalar, por exemplo, sob orientação de Rui Parreira, um dos mais clarividentes arqueólogos portugueses com reflexão teórica e prática próprias no domínio da musealização dos sítios arqueológicos.

No segundo caso, o mais comum, encontram-se todas as inúmeras situações de sítios arqueológicos convertidos em pequenas "aldeias de Astérix", locais onde a encenação submerge de tal modo o original, que este só não é dispensável pela carga simbólica que encerra, mas pode, em casos-limite, resumir-se à sua ideia, sem qualquer concretização material – o que, há-de reconhecer-se, acaba por ser uma situação bem mais interessante do ponto de vista intelectual.

Também aqui podem existir melhores ou piores aplicações dos modelos adoptados. O Arqueoscópio de Carnac, na Bretanha, possuindo o aspecto simpático de não ter alterado fisicamente os alinhamentos de menires adjacentes, surge-nos como o mau exemplo, porque se trata de um mero espectáculo de som e luzes, com muitos efeitos especiais, mas sem qualquer conteúdo verdadeiramente significativo e, o que é pior, em competição directa com as estruturas instaladas pelo poder político central (centro de acolhimento e interpretação) e local (museu municipal), desviando uma percentagem significativa de visitantes, sem proveito de ninguém (nem dos incautos que optem por essa via de acesso às ruínas, nem do interesse público). Já o arqueodromo de Craggaunoven, no condado de Clare, Irlanda, apresentado como uma experiência de "história ao vivo", instalado sobre vestígios arqueológicos que apenas são vislumbráveis em dois ou três pontos (na restante área encontram-se enterrados), adopta uma via bem mais interessante, onde à reconstituição pura e simples se junta a transposição para aquele parque de originais arqueológicos, provenientes doutros locais, e ali inscritos funcionalmente no circuito de visita proposto. Finalmente, no caso do Museu de Néandertal, próximo de Dusseldórfia, aquilo que se "vende" é apenas o nome do lugar. Da antiga gruta de Feldhofer, onde foram fei-

tos os achados do chamado Homem de Néandertal, em 1856, nada subsiste. Mas o apelo de visita ao local é enorme, tendo em consequência sido construído de raiz um edifício original e moderno, no qual se alberga o único caso de museu sem colecções que conhecemos e apreciamos: um museu que exhibe modelos de homínidos em tamanho natural, tirando partido de diversas tecnologias comunicacionais de ponta, dentro de um quadro global de grande qualidade informativa e extraordinário bom gosto mediático e visual.

Entre os extremos que indicámos nos parágrafos anteriores, situa-se todo um vasto campo de experiências que apenas são limitadas pela imaginação criativa dos seus autores. Na maior parte dos casos, a musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos estará situada algures a meio caminho entre os modelos teóricos e os exemplos práticos referidos. Mais geralmente, ocorrerão as situações limitadas "apenas" ao arranjo de acessos e criação de percursos, assim como à limpeza e restauro sumário das ruínas, porventura com o reposicionamento de uma ou outra peça ou com a edificação didáctica de um ou outro elemento arquitectónico. Sanfins e Miróbriga constituem dois bons exemplos desta prática, no nosso país. No primeiro local, é toda uma citânia que foi preparada para a visita, com muros limpos e alteados a nível muito baixo, de modo a permitir visões de conjunto do povoado, tendo-se escolhido uma pequena área para a reconstrução total de um núcleo habitacional familiar, conjugando a base material arqueológica com as referências textuais antigas e até com o saber etnográfico contemporâneo. O resultado é a obtenção de um local de visita agradável, preenchendo bem o imaginário actual acerca de como deveriam ser os grandes povoados castrejos. Nas proximidades, um museu local assegura a retaguarda institucional permanente tanto para a monitorização das ruínas, como para a continuação do seu estudo científico. Em Miróbriga passa-se algo idêntico, seja do ponto de vista das infra-estruturas instaladas, neste caso no próprio local, seja em matéria reconstrutivista, que D. Fernando de Almeida ali chamou de anastilóse. Só que, enquanto em Sanfins as reconstituições são assumidamente contemporâneas, em Miróbriga a reconstrução foi feita com objectos arque-

ológicos reais, deslocados para onde aquele arqueólogo entendeu que pertenceriam originalmente ou simplesmente estariam melhor colocados. O resultado foi a construção de uma imagem de templo romano que depressa penetrou no imaginário nacional, servindo localmente como emblema comercial e verdadeiro *ex-libris* municipal – a tal ponto que se torna hoje inconcebível a retirada das ditas apostilhas, mesmo que se lhes reconheça falta de fundamento arqueológico.

Comò se vê, a musealização *in situ* não constitui de modo algum uma opção simples: contempla numerosas variantes técnicas, dá origem a efeitos políticos profundos. Importa-nos agora ir mais longe, ou seja, discutir as consequências de uma tal opção, quando encarada como a solução ideal para todos os casos de valorização dos vestígios arqueológicos.

Retomamos, pois, o raciocínio que ficou suspenso alguns parágrafos atrás: havendo seguramente grande consenso em reconhecer que apenas uma ínfima parte dos sítios arqueológicos poderão algum dia ser susceptíveis de musealização em condições minimamente garantidoras da sua integridade, o que fazer? Enterrá-los de novo, dir-se-á – opção que poderá até ser tida por corajosa. E na realidade assim é em muitos casos, porque contrairá as forças vivas das localidades onde os vestígios se encontrem. No mínimo, salvem-se os objectos móveis para depósitos ou museus, situados nas proximidades – e assim se acalmarão as ditas forças vivas. Estará o arqueólogo condenado a este tipo de jogos de poder? Não possuirá outras alternativas? Não lhe será exigível ir mais além, introduzindo sempre que possa elementos de maior racionalidade sobre situações vividas basicamente no plano da mais rasteira emotividade, frequentemente de cariz populista?

Julgamos que existem, de facto, outras vias paralelas quando se trata de abordar a problemática da valorização social dos bens arqueológicos, tão dignas e porventura em certos casos estrategicamente mais importantes do que a musealização *in situ*. Importa tomar consciência delas e ter a coragem (essa sim, coragem) de as defender.

Antes do mais, a opção pelo reenterramento puro e simples de ruínas arqueológicas, sendo certamente a

mais avisada em muitos casos, deve ser sempre sopesada com a privação de acesso, não apenas (nem sequer talvez principalmente) pelos vizinhos das mesmas, mas por toda uma geração, ou gerações sucessivas de cidadãos em geral e investigadores em particular. Acresce que dificilmente o arqueólogo pode assegurar terem ficado controlados, através desse procedimento, os processos de alteração pós-deposicionária que inevitavelmente continuarão a actuar e poderão degradá-las profundamente. Finalmente, nada garante também que, a todo o momento, o sítio não seja pura e simplesmente destruído, malevolamente ou por mero desapego colectivo a algo a que se deixou de dar sentido útil.

Daqui se conclui que a questão da transposição dos vestígios, inclusive dos bens imóveis ou revestimentos solidariamente agregados a suportes imóveis, para fora do seu local de origem deve estar sempre sobre a mesa e não ser pura e simplesmente descartada, em obediência à cartilha corrente ou ao puro e simples facilismo intelectual.

Mas teremos de ir ainda mais longe, para vermos melhor. A via da transposição de vestígios arqueológicos para fora do seu local de origem não há-de apenas ser seguida devido a constrangimentos de ordem financeira ou técnica, mas porque se trata de opção ditada por razões de ordem cívica e política. E postas as questões desta forma, pouco importa a escala de deslocação espacial, se para mais perto ou para mais longe dos ditos locais de origem.

A plena compreensão dos bens arqueológicos está longe de esgotar-se na leitura das suas envolventes imediatas. A própria arqueologia, de resto, enquanto forma de fazer história, está longe de limitar-se ao particularismo de cada lugar, acantonada na reconstituição de cada povoado ou cada necrópole, como se de cromos etnográficos se tratassem. Sob pena de nos demitirmos, enquanto historiadores, da nossa função social primeira, forçoso será que procuremos ver para além dos limites do "nosso" sítio – e é isso que fazemos no nosso dia-a-dia, quando buscamos paralelos e produzimos síntese histórica. Muitas vezes a única forma de valorizar um determinado vaso de cerâmica ou peça escultórica, um certo objecto lítico ou elemento arquitectónico é

vê-los em confronto com outros, integrados em contextos culturais alargados, em círculos culturais como outrora era dito. Ora, a tendência para que remeteria a tese mais radical da musealização *in situ* seria a de que nós, arqueólogos, nos demitiríamos desta nossa função mais essencial, sugerindo aos nossos concidadãos que andassem permanentemente em visita a locais particulares, para depois construir por si próprios, talvez com o apoio de revistas de viagens e programas televisivos, as mensagens de síntese que afinal deveríamos ser nós a fornecer.

Pelo nosso lado não nos resignamos a tal cenário. Continuamos a considerar decisiva a produção de saberes que racionalizem os dados em níveis superiores e mais englobantes dos da sua envolvimento imediata. O que pode ser feito em bibliotecas, através de livros, sem dúvida. Mas pode e deve também ser feito em museus, através de peças arqueológicas, móveis na maior parte dos casos, ou até imóveis, quando se julgue que a deslocalização espacial de uma sepultura, um mosaico, um forno, etc. podem constituir opção não apenas mais garantidora da sua preservação, como sobretudo mais respeitadora da intenção final em construir e colocar disponíveis mensagens históricas de síntese.

O museu de arqueologia surge assim como instrumento de mediação patrimonial e científica absolutamente capital. Longe de ser, como muitos hoje pretendem, uma instituição ultrapassada e em vias de extinção, herdeiro dos gabinetes de curiosidades, dos armazéns das casas reais e do espírito das luzes, substituível pouco a pouco pela musealização *in situ*, ele poderá reassumir de forma mais clara um papel axial na formação de cultura histórica, através da confrontação dos originais entre si, e do observador com eles, papel que sempre teve, mas algumas décadas de "nova museologia" obscureceram, porque o desviaram para um terreno que lhe é espúrio: a competição directa com o mercado dos jogos de "luz e som", muito mais próprio das experiências de encenação de monumentos e sítios.

Insistimos que, ao equacionar a possibilidade de musealização *in situ* de um qualquer local, o arqueólogo não pode apenas ser guiado por considerações de

ordem técnica, perguntando-se da existência, ou não, de condições logísticas para a realizar. Há-de também reflectir no plano cívico, questionando-se a si e aos seus interlocutores, locais e nacionais, sobre se essa é a melhor opção – e não apenas pelas razões que já aduzimos atrás, mas também por um outro e não despidendo motivo: a “sua” cruzada pessoal, ou a da instituição a que pertence, pela musealização *in situ* de um certo local, com a mobilização de recursos sempre escassos, poderá implicar a menor atenção, ou até abandono, de bens porventura igualmente estimáveis, situados a distâncias relativamente curtas. Tenha-se em atenção, por exemplo, os efeitos perniciosos que teve no Alentejo, nos últimos anos, a concentração de meios financeiros nuns quantos sítios arqueológicos (caso de Torre de Palma), para a construção de roteiros de visita e aproveitamento de fundos europeus, com o manifesto desinvestimento noutros (caso de Pisões).

Adoptado, enfim, o princípio da valorização patrimonial *in situ*, importa definir que tipo de musealização se pretende. Certos projectos, pela sua ambição aparente e pela riqueza potencial das ruínas sobre que se implantam, apenas poderão ser seriamente considerados se forem levados às últimas consequências, ou seja, se forem perspectivados como Conímbriga. E mais uma vez o caso de Torre de Palma, que envolve a problemática delicadíssima do eventual regresso ao local dos mosaicos retirados para o Museu Nacional de Arqueologia em 1947, surge como exemplo paradigmático desta situação. Se existisse a perspectiva de criar ali um museu de sítio e um centro de restauro e investigação, ambos com quadros de pessoal próprios, se tudo isto se inscrevesse num plano de estudo e reescavação da *villa* em toda a sua superfície, enfim, se o propósito fosse criar uma segunda Conímbriga, o regresso dos originais dos ditos mosaicos poderia ser encarado, não até, talvez, para recolocação nos seus exactos sítios, mas no museu monográfico anexo às ruínas. Mas não é essa manifestamente a intenção que tem presidido às acções ali empreendidas: pretende-se tão-só a realização de mais um centro interpretativo e a limpeza e consolidação das estruturas arqueológicas, servidas por uma cobertura deslocada na paisagem e ineficaz

do ponto de vista da protecção contra as intempéries. Pois bem, neste caso, depois de garantida a maior eficácia da referida cobertura, a opção mais interessante do ponto de vista técnico e seguramente a melhor do ponto de vista político será a da instalação no local de cópias fiéis dos mosaicos, ficando os originais disponíveis para apresentação em museus, no plano nacional ou até com representação no plano municipal – instituições em que serão com certeza melhor conservados, melhor apreciados e melhor estimados, exercendo além disso uma muito mais eficiente acção formativa de cidadania e de consciencialização histórica. Por outro lado, importa questionar quantas Conímbrigas poderão ser criadas no País, sendo certo que a já existente sobrevive mal, em grande parte precisamente porque a divisão dos mesmos recursos se faz agora por muito maior número de custos.

Felizmente, a generalidade dos projectos de musealização *in situ* têm o bom senso de não pretenderem ir tão longe e retiram daí as devidas consequências. Mas importa ainda assim que resultem, em cada caso, de reflexão madura sobre a sua vantagem, ou não, e sobre as articulações que desejavelmente deverão promover com outras instituições de mediação patrimonial, entre as quais os museus. É apenas este o sentido das nossas observações: introduzir elementos reflexivos, de racionalidade e de problematização séria, num terreno onde nem sempre as ideias mais sedutoras, porque mais populares, serão as melhores.

Ou seja e em conclusão: se o arqueólogo julgar que a única solução possível para a preservação de um local arqueológico é o seu reenterramento (solução que pessoalmente julgamos dever ser a mais comum), ele nem por isso deve sentir-se desobrigado de reflectir sobre a gravidade que constitui a privação do acesso ao mesmo por parte de uma ou mais gerações; em consequência, deve também incluir na sua ponderação as possíveis vantagens da remoção para museu não apenas de bens mobiliários como também, em certos casos, de estruturas imóveis. Se, por outro lado, o arqueólogo for solicitado para, e entender desejável e exequível, a manutenção visível das ruínas, deve obviamente aplicar-se na garantia da sua preservação, podendo tal supor a

sua musealização *in situ*. Neste caso, a situação mais comum será certamente a da procura de articulações institucionais com museus próximos. Se, finalmente, o arqueólogo considerar, na sua exclusiva capacidade avaliadora, que os bens que pôs à vista devem ser reunidos a outros situados a maior ou menor distância, postos todos ao serviço de mensagens históricas mais englobantes, deve igualmente afirmá-lo, contribuindo para a sua remoção para museus de âmbito mais alargado, locais, regionais ou nacionais. É, aliás, isso a que está vinculado por força do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (artº 16º do Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho), que estabelece ficar o destino final dos espólios arqueológicos dependente de acto administrativo ministerial, "tendo em conta a rede nacional de museus" e "o justo equilíbrio da representação daqueles bens nas colecções das instituições de âmbito nacional, regional e local, desde que sejam reconhecidas a estas últimas as necessárias condições para a sua conservação, bem como critérios que evitem a dispersão de espólios provenientes de uma mesma jazida". Ou seja, cabe aos arqueólogos e aos organismos especializados do Ministério da Cultura darem o impulso técnico, tendo em conta as dimensões local, regional e nacional, apresentando as propostas de encaminhamento a dar aos espólios arqueológicos e, por extensão, à valorização patrimonial do conjunto dos bens exumados. Mas cabe depois e em última instância ao poder político decidir que programa adoptar. Porque, afinal, terminamos como começámos: o património arqueológico constitui recurso colectivo que deve ser gerido de forma não tecnocrática, ou seja, subordinando a técnica ao primado da política.

Notas

¹ Arqueólogo. Director do Museu Nacional de Arqueologia.
Email: director@mnaarqueologia-ipmuseus.pt

Referências Bibliográficas

- RAPOSO, Luís, "Museus de Arqueologia", *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 201-227
- IDEM, "Património cultural, poder político e aparelho de Estado", *Vértice*, 2ª série, nº 64, Lisboa, 1995, pp. 14-18
- IDEM, "Arqueologia em diálogo: o papel dos museus", *Arkeos*, nº 1, Tomar, 1997, pp. 73-90
- IDEM, "Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados: identidades e diferenças", *O Arqueólogo Português*, 4ª série, vol. 17, Lisboa, 2000, pp. 55-72
- IDEM, "A acção do Museu Nacional da Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede", *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*, Lisboa, ed. da Rede Portuguesa de Museus, 2002, pp. 91-108 (edição bilingue: *The Museu Nacional de Arqueologia's action in establishing networks of partnerships and systems of cooperation*, 2002, pp. 207-224)
- IDEM, "A política de património cultural da esquerda no contexto da luta contra uma concepção empresarial de Estado", (2003a) *Ideias à Esquerda*, nº 2, pp. 49-53, ed. Campo da Comunicação, Lisboa.
- IDEM, "Le Musée National d'Archéologie dans le cadre de la muséologie archéologique portugaise", (2003b) *Musées et Collections*, Paris (no prelo)



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses